



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

MINUTA DE TERMO ALTERAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2022*** MINUTA DE DOCUMENTO**

ANEXO XVI - Contrato de prestação de serviços de engenharia, decorrente do Tomada de Preços Nº 01/2022, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa XXXXX.

*Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n. xxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxx, n. xxxx, , Bairro xxxxxxxxxxx, na cidade de Campo Grande/MS, CEP xxxxxxxx, Telefone/fax: (xx) xxxxxxxx, e-mail: xxxxx@xxx.xxx, representada neste ato por **XXXXXXXXXXXX**, xxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade n. xxxxx SSP/MS, CPF n. xxxxxx, doravante denominado Contratado, resolvem celebrar o presente termo de contrato, vinculado ao Edital de Tomada de Preços nº 01/2022, Processo Administrativo SEI 0002697-42.2022.6.12.8000, regendo-se pela legislação vigente, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e, principalmente, pelas disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para ampliação do prédio que abriga o **Fórum Eleitoral**, no Município de **Corumbá/MS**, pertencente à estrutura do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**.

1.2. A Área de ampliação é de **286,00m²** e corresponde à construção do **Depósito de Urnas** que atenderá às 7ª e 50ª Zonas Eleitorais, situadas à Rua Duque de Caxias, 45, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Corumbá, MS.

1.3. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo o contratado alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

- a) ANEXO I - Projeto Básico;
- b) ANEXO II – Planilha de quantificação e orçamento global da obra;
- c) ANEXO III – Demonstrativo de Composição do BDI;

- d) ANEXO IV – Cronograma Físico-Financeiro da Obra;
- e) ANEXO V – Curva ABC de Insumos e Serviços;
- f) ANEXO VI – Composição de Preços Unitários;
- g) ANEXO VII – Projetos (Arquitetura estrutura, instalações elétricas e hidrossanitário);
- h) ANEXO VIII – Memorial Descritivo;
- i) ANEXO IX - Ensaio de Sondagem do Solo;
- j) ANEXO X – Planilha Composição BDI Utilizado pelo TRE;
- k) ANEXO XI – Planilha para preenchimento dos licitantes; e
- l) Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, bem como este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA EXECUÇÃO

2.1. O regime da contratação é **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

2.2. A relação total dos serviços a serem executados constam na **Planilha de Orçamento Global da Obra**, os quais compõe as seguintes **Etapas**: (1) Serviços Preliminares, (2) Demolição, Retirada e Movimentação de Terra, (3) Infraestrutura, (4) Superestrutura, (5) Sistema de Vedação Vertical, (6) Sistema de Cobertura, (7) Esquadrias, (8) Instalações, (9) Pavimentação, (10) Revestimento, (11) Pintura, (12) Revestimento Cerâmico, (13) Louças, Pedras e Metais, (14) Equipamentos, (15) Paisagismo, (16) Administração de Obra.

2.3. Caso necessário, a contratada poderá subcontratar alguns serviços, desde que a soma destes itens não ultrapasse 40% do valor total da contratação, sendo vedada a subcontratação dos itens referentes à administração da obra e execução de: alvenaria, estrutura, assentamento de revestimentos.

2.3.1. A anuência para a subcontratação deverá ser previamente solicitada à Fiscalização, que analisará e, entendendo ser possível, submeterá à Administração para autorização, desde que a empresa subcontratada demonstre sua regularidade fiscal e previdenciária.

2.4. No período de execução da obra o prédio permanecerá funcionando normalmente no horário oficial de expediente, de segunda à sexta, das 12h às 19h, devendo a contratada dar total condições para que os serviços do cartório não sejam interrompidos.

2.5. No início da obra, será disponibilizado à contratada cópias das chaves do imóvel e uma senha personalizada do Sistema de Vigilância Eletrônica, para que possa desempenhar suas atividades também fora no horário de expediente do Cartório;

2.5.1. A contratada responsabilizar-se-á por todos os materiais permanentes e de consumo pertencentes ao TRE/MS, obrigando-se a mesma ressarcir quaisquer valores referentes a danos, extravios ou demais comprometimentos a materiais, móveis e equipamentos, que porventura forem verificados no período em que a empresa estiver executando o serviço de reforma em locais ou horários com ausência de servidores dos Cartórios.

2.6. A obra e os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com os Projetos, especificações e demais elementos técnicos relacionados no Projeto Básico e demais Anexos referenciados por este instrumento de contrato.

2.6.1. Se durante a execução dos serviços a contratada identificar a necessidade de alterações ou correções nos documentos acima citados, seja por conta de omissões ou erros dos mesmos, as alterações somente deverão ser realizadas com aprovação da Fiscalização da obra.

2.7. Todos os materiais a serem empregados na obra e especificados no Projeto Básico e seus Anexos deverão ser fornecidos pela Contratada que assumirá todos os custos de aquisição.

2.8. O fornecimento dos materiais deverá ocorrer em tempo hábil com relação ao emprego dos mesmos na obra, não podendo a Contratada solicitar prorrogações de prazos de execução dos serviços por conta de fornecimento deficiente de materiais ou atraso no mesmo, uma vez que faz parte da boa gestão administrativa da empresa, a política de prazos e condições de entrega junto a seus fornecedores, bem como a escolha dos mesmos.

2.9. A contratada deverá, em qualquer fase dos serviços, e sem prejuízo do seu bom andamento, recuperar possíveis atrasos porventura ocorridos no transcurso de sua execução, de maneira a não extrapolar o prazo final de entrega da mesma.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1. Os prazos contratuais estão previstos no ***CAPÍTULO VII - DOS PRAZOS E ORDEM DE SERVIÇO*** do Projeto Básico.

3.2. O prazo de vigência do contrato, não obstante se tratar de uma contratação por escopo, inicialmente se estabelece em **24 (vinte e quatro) meses**, contados da última assinatura eletrônica deste Termo, podendo ser encerrado por resolução, caso o objeto seja totalmente concluído antes do prazo previsto ou estendido até a data de conclusão dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA -DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

4.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação, serão custeadas com recursos previstos na Lei nº 13.971, de 27/12/2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2020/2023 e é compatível com a Lei nº 14.194, de 20/08/2021 (LDO 2022), com a Lei nº 14.303, de 21/01/2022 (LOA 2022) e com o art. 16 da Lei nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nas ações 15XJ – Ampliação do Cartório Eleitoral de Corumbá, Programa de Trabalho 02.122.0033.15XJ.5224 e 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0054., com o seguinte detalhamento:

PTRES	AÇÃO	PLANO INTERNO	ND
167737	JC GAJE	MS ACARCORU	4490.51.91
203887	AMPLIAÇÃO DE CARTÓRIO		

CLÁUSULA QUINTA -DO PREÇO

5.1. O valor do presente Contrato, para a execução de todos os serviços indicados no objeto contratual é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx)**, sendo pagos conforme o Cronograma Físico-financeiro.

5.2. O Cronograma Físico Financeiro deverá ser apresentado em **8 (oito) períodos de 01 (um) mês cada, totalizando 240 (duzentos e quarenta) dias de obra.**

5.3. O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, além de expressar a programação das atividades e o correspondente desembolso mensal do presente instrumento, deverá, obrigatoriamente:

5.3.1. Identificar o Plano de Gerenciamento de Tempo necessário à execução do objeto contratado no prazo pactuado;

5.3.2. Apresentar informações suficientes e necessárias para o monitoramento e controle das etapas da obra, sobretudo do caminho crítico.

5.3.2.1. O caminho crítico é a sequência de atividades que devem ser concluídas nas datas programadas para que a obra possa ser concluída dentro do prazo final estabelecido.

5.4. O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO deverá representar todo o caminho crítico do projeto/empreendimento, os quais só poderão ser alterados com motivação circunstanciada que será objeto de apreciação, análise e manifestação da Fiscalização, que apresentará ao TRE/MS as conclusões relativas a possíveis providências a serem adotadas, considerado sempre o ritmo razoável de execução e a data prevista para a conclusão final dos serviços.

5.5. O cronograma deverá representar o integral planejamento do empreendimento, inclusive das suas etapas/serviços, de modo a permitir o fiel acompanhamento dos prazos avençados, bem ainda, a aplicação das sanções, em caso de seu inadimplemento.

5.6. A CONTRATADA deverá manter as entregas de cada etapa da obra, estabelecidas no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, sujeitando a CONTRATADA a penalidades a título de multa, incidente no percentual não realizado de cada etapa da obra.

5.7. O período em que o Contratante der causa para que os trabalhos da Contratada fiquem paralisados, ainda que parcialmente, deverão ser objeto de análise da fiscalização, a quem incumbirá definir qual o impacto da paralisação no bom andamento dos trabalhos e no cumprimento do prazo da obra, apontando ao final qual o número de dias que deverá ser dado à Contratada a título de reposição.

5.8. A medição da Administração Local da obra será aferida proporcionalmente aos serviços executados no período, sendo vedado em qualquer momento que a porcentagem da medição acumulada da Administração seja maior do que os serviços executados (em porcentagem).

5.9. Os serviços constantes na medição deverão ser executados em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro e, no caso de antecipação ou retardamento da execução, desde que previamente autorizado pela fiscalização, o mesmo deve ser formalmente alterado e anexado à medição.

5.9.1. Caso tenha havido antecipações e/ou atrasos na execução de serviços, esses terão que ser justificados e aceitos pela fiscalização e as razões dos mesmos devem estar registrados no Livro Diário de Obras.

5.9.2. No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

5.9.3. Não será aceita, em termos de medição, a compensação de atraso de serviços do caminho crítico pelo adiantamento de serviços não críticos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O valor da obra será pago em **8 (oito medições)**, sendo a primeira medição realizada após 30 (trinta) dias do início da obra e conforme disposições do **CAPÍTULO XII - DAS MEDIÇÕES E DESEMBOLSO FINANCEIRO DO TRIBUNAL** do Projeto Básico.

6.2. As disposições quanto ao pagamento estão previstas no **CAPÍTULO XI - NORMAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS** do Projeto Básico.

6.3 A nota fiscal deverá discriminar preços de serviços e de materiais.

6.4. Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação dos documentos solicitados no **CAPÍTULO XI - NORMAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS**, sob pena de não se iniciar o prazo para pagamento.

6.5. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

6.6. Caso a empresa seja OPTANTE PELO SIMPLES e não apresente a DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, será RETIDA NA FONTE a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96 (Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e PIS/PASEP; Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e Contribuição à Previdência Social); não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

6.7. A nota fiscal/fatura deverá destacar todos os tributos que serão retidos na forma estabelecida pelas Resoluções da Secretaria da Receita Federal, devendo a contratada, antes da emissão da nota, entrar em contato com a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade do TRE/MS (telefone: 2107-7000), solicitando orientações sobre o preenchimento da nota.

6.8. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1. De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/2001, não haverá reajustamento ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

7.1.1. No caso da não conclusão do objeto dentro do prazo da vigência do contrato, a contratada deverá requerer o reajuste, mediante incidência do INCC/FGV ou outro índice oficial que venho substituí-lo, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

7.1.2. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

7.1.3. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos à solicitação de reajuste pela contratada, embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

7.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, será utilizada, como fator de revisão contratual, a diferença em percentual entre o valor do custo unitário básico do SINAPI do mês de apresentação da proposta e o custo unitário básico do mês da realização da revisão.

7.3. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

8.1. Como condição indispensável à execução do Contrato, a Contratada prestará a garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral, no montante correspondente a **5% (cinco por cento) do valor atualizado total deste contrato.**

8.1.1. Caso seja apontado pela Comissão Permanente de Licitação que a proposta vencedora enquadra-se na hipótese prevista no § 2º do art. 48 da Lei nº 8666/93, a contratada fica obrigada a apresentar garantia adicional.

8.1.2. A empresa poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia.

a) Caução em dinheiro: o valor será depositado em conta-caução, na Caixa Econômica Federal, conforme disciplinado pelo Decreto-Lei n.1.737/1979.

b) Títulos da dívida pública: somente será aceita sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) Seguro-Garantia: dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, legalmente autorizada, em favor exclusivamente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, fazendo referência ao objeto do Contrato e à Licitação.

c) Fiança Bancária: A garantia somente será aceita se da mesma constar todos os requisitos abaixo indicados:

c.1) Comprometimento da instituição financeira de que atenderá em 72 (setenta e duas) horas, até o valor da garantia, as requisições de pagamento, multas e outras verbas previstas na licitação e/ou contrato formulados pelo Tribunal Eleitoral/MS e legalmente exigíveis.

c.2) Declaração da instituição bancária de que renuncia expressamente aos benefícios previstos no artigo 827 da Lei 10.406 (Código Civil).

8.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, garantia em qualquer uma das modalidades acima descritas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato e deverá ter validade pela totalidade da vigência contratual, sob pena de multa prevista na cláusula décima.

8.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,1% do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 3% (três por cento).

8.2.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor anual do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da contratada.

8.2.2.1. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado no subitem 8.2.2., por quaisquer das modalidades previstas neste Capítulo.

8.2.2.2. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

8.2.3. Caso a contratada deixe de apresentar definitivamente a garantia, fica sujeita a rescisão contratual, passível de aplicação da penalidade prevista na Cláusula Décima.

8.2.4. Sempre que houver acréscimo de valores, prorrogação da vigência do contrato, ou utilização de valor, a garantia deverá ser proporcionalmente atualizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do termo ou da comunicação de execução da garantia contratual.

8.3. Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação da garantia, sob pena de não se iniciar o prazo de 7 (sete) dias úteis para pagamento.

8.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

8.4.1 Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 8.4.

8.4.2 A garantia será executada na sua totalidade se os prejuízos sofridos por este Tribunal forem iguais ou superiores ao valor assegurado; se os prejuízos quantificados pelo TRE/MS forem menores que o valor da garantia, será executado somente aquele valor.

8.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução completa do contrato, caso não haja sido utilizada nos termos do item 8.4 desta Cláusula, incluindo a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

8.5.1. Ao final do contrato, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

8.6. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

8.7. O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

8.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 8.7.

8.9. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a seguradora e/ou a fiadora será, paralelamente, notificada das comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA e das decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

CLÁUSULA NONA– DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Atendendo o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93, serão designados Fiscais, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, conforme Capítulo VIII do Projeto Básico.

9.2. A fiscalização deverá obedecer às orientações do Projeto Básico, e tudo o mais que se relacionar com a execução do serviço contratado junto ao TRE/MS.

9.3. O serviço será recebido PROVISORIAMENTE pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da empresa contratada e DEFINITIVAMENTE por servidor ou Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, conforme estabelecido no Capítulo XVIII do Projeto Básico.

9.4. São atribuições da Fiscalização:

- a) Seguir as orientações do Projeto Básico, atuando e desempenhando suas atividades com o intuito de fiscalizar o cumprimento das condições pactuadas pela contratada;
- b) elaborar e informar à Administração, através de documento formal juntado aos autos, o registro dos prazos contratuais, primeiramente com a indicação da contagem do prazo inicial na forma estabelecida em item 4.1. 'b' deste termo, seguindo com a data decorrente para a finalização dos serviços, bem como o registro de quaisquer atualizações de prazos por conta de dias perdidos em função da aprovação dos serviços pelo Tribunal, ou em decorrência dos dias de chuvas fortes;
 - b.1) O documento referido no item anterior deverá ser sempre atualizado e juntado aos autos a cada eventualidade de pagamento de parcela de serviço, ou sempre que a Administração solicitar;
- c) anotar em registro próprio ou no Diário de Obras as falhas detectadas, as solicitações formuladas e orientações, e emitirá O.S. (Ordens de Serviços) numeradas e, de preferência em 2 (duas) vias, uma das quais será encaminhada e visada pelo destinatário, só assim produzindo seus efeitos, já as anotações no livro diário de obra produzirão seus efeitos imediatamente;
- d) manter uma planilha com a indicação dos pagamentos já realizados, o saldo contratual e o saldo de empenho, em ordem cronológica, e sempre juntada aos autos no momento de cada pagamento, e também quando a Administração solicitar;
- e) encaminhar as notas fiscais para pagamento com toda a documentação exigida no Projeto Básico e neste contrato;
- f) manter cópia do contrato, e possíveis alterações, sob sua guarda, em arquivo próprio;
- g) manter o controle dos prazos contratuais, informando a Administração sobre quaisquer necessidades de alterações ou prorrogações, em um prazo mínimo de 30 dias de antecedência;
- h) apreciar, analisar e manifestar a não execução pela contratada das etapas na data prevista pelo cronograma físico-financeiro, apresentando ao Tribunal as conclusões relativas a possíveis providências a serem adotadas, considerado sempre o ritmo razoável de execução e a data prevista para a conclusão final dos serviços;
- i) adotar todas as providências necessárias à perfeita execução dos serviços, informando a Administração sobre a necessidade de providências que extrapolarem as suas competências;
- j) conceder prazos e autorizar alterações ou acréscimos de serviços, desde que haja procedimento administrativo onde a Administração delegue formalmente essa prerrogativa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Requisitar a prestação dos serviços previstos no Projeto Básico e neste Contrato e exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Projeto e neste Termo de Contrato.

10.2. Promover, através da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

10.3. Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada.

10.4. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Contrato.

10.5. Assegurar os recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos segundo as disposições do Cronograma Físico-Financeiro.

10.6. Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Projeto Básico e neste Termo de Contrato.

10.7. Solicitar a documentação fiscal ou trabalhista, ou qualquer outra relacionada à prestação do serviço, na periodicidade determinada pela Administração, que poderá ser mensal.

10.8. Conferir o cumprimento da cláusula editalícia que determina a contratação de egressos do sistema carcerário e/ou cumpridor de medidas e penas alternativas, cabendo ao fiscal das obrigações trabalhistas:

I - informar à contratada e oficiar a vara de execuções penais sobre qualquer incidente ou prática de infração por parte dos empregados, para que adotem as providências cabíveis à luz da legislação penal; e

II - reportar infração a qualquer regra prevista no Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018, para fins de apuração de penalidade.

10.8.1. O Contratante poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável.

10.9. Receber a obra na forma estabelecida no Capítulo XVII do Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Além das obrigações e deveres da Contratada dispostos no ***CAPÍTULO XV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA do Projeto Básico, a contratada deverá:***

11.2. Cumprir fielmente e com o devido zelo, responsabilidade, e eficiência os serviços que assumiu, obedecendo a todas as disposições do Projeto Básico, memorial descritivo da obra e do presente Contrato, bem como as solicitações e determinações da Fiscalização.

11.3. Prestar garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral/MS, no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, na forma e condição especificada pela Cláusula Quinta deste Contrato.

11.4. Observar todas as disposições contidas no Projeto Básico e seus Anexos, nas condições da licitação, neste Contrato, bem como as normas Técnicas da ABNT, de forma que o resultado final seja a perfeita execução dos serviços, que ficarão sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

11.5. Fornecer todas as informações solicitadas pelo Contratante e pela Fiscalização, necessárias à execução dos serviços contratados.

11.6. Fornecer e manter na obra todos os equipamentos de proteção individual – EPI – necessários à execução dos serviços, sendo a contratada responsável por qualquer acidente ocorrido durante a execução da obra.

11.7. Fornecer (junto com a medição) os documentos enumerados ***CAPÍTULO XI - NORMAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS do Projeto Básico.***

11.8. Sempre que a contratada empregar materiais similares aos indicados em planilha de preços, deverá, primeiramente, solicitar a autorização da Fiscalização, na forma estabelecida no Projeto Básico, que deverá anuir com essa utilização.

11.9. Encarregar-se das despesas com mão-de-obra, inclusive as obrigações previstas na Legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à Contratante, quando exigida, cópia dos documentos de quitação, de natureza tributária ou trabalhista.

11.10. Manter no local de construção um livro denominado de “Diário de Obras”, autenticado pelos responsáveis da empresa Contratada e pela Fiscalização, nos moldes definidos no Capítulo IX do Projeto Básico.

11.11. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos decorrentes da execução dos serviços não transfere ao Tribunal a responsabilidade por seus pagamentos, nem poderá onerar o objeto contratado.

11.12. Responsabilizar-se pelo dano que causar ao Tribunal ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de existir a Fiscalização.

11.13. Fornecer, na entrega da obra, todos os projetos atualizados com todas as alterações porventura efetuadas durante a sua execução, e os documentos de garantia.

11.14. Apresentar a comprovação da publicidade de requerimento/concessão da licença, de que trata a Resolução CONAMA nº 006/86, às suas expensas, caso haja necessidade de licença ambiental.

11.15. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos termos do CAPÍTULO XV - DA SUSTENTABILIDADE do Projeto Básico.

11.16. Com vistas à preservação e cumprimento das questões de ética e conduta previstas em normativos vigentes, os funcionários da empresa contratada, no cumprimento das atividades deste contrato, devem seguir as diretrizes do Código de Ética do TRE/MS - [Resolução n. 690, de 1 de junho de 2020](#).

11.17. Manter-se, durante o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.18. Aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

11.19. Conferir o cumprimento da cláusula editalícia que determina a contratação de egressos do sistema carcerário e/ou cumpridor de medidas e penas alternativas, cabendo ao fiscal das obrigações trabalhistas:

I - informar à contratada e oficiar a vara de execuções penais sobre qualquer incidente ou prática de infração por parte dos empregados, para que adotem as providências cabíveis à luz da legislação penal; e

II - reportar infração a qualquer regra prevista no Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018, para fins de apuração de penalidade.

11.19.1. O Contratante poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. São de responsabilidade da Contratada, em decorrência deste Contrato:

a) Quaisquer acidentes na execução da obra e do serviço, inclusive quanto à rede de serviços públicos, o uso indevido de marcas e patentes; e ainda, os fatos que resultem na destruição ou danificação da obra, inclusive aquelas que, na hipótese de mora, decorram de fato fortuitos ou de força maior, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo da Obra”.

b) A estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da Lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra.

c) A qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e dos serviços que, não aceitos pela Fiscalização, devam ser refeitos.

d) O pagamento de impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações deste Contrato e dos Documentos que o integram, se necessário.

e) A matrícula individual da obra no INSS bem como outros documentos necessários a execução dos serviços, devendo apresentar ao Contratante o documento comprobatório nos prazos estabelecidos no Projeto Básico e neste Contrato, ou, quando solicitados pela Fiscalização, no prazo de 10 dias.

f) Empregar como mão de obra pessoas presas ou egressos do sistema prisional e de observar as disposições da **Resolução nº 307/2019 do Conselho Nacional de Justiça** e do [Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018](#).

f.1) A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a III do *caput* do art. 11 da Resolução nº 307/2019-CNJ será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato, devendo ser respeitado durante toda a execução da avença, cabendo ao Poder Judiciário fiscalizar seu cumprimento.

f.2) Caberá ao Escritório Social o cadastramento das pessoas egressas para oportunidades de trabalho e qualificação profissional, gestão do banco de currículos, orientação de candidatos, sensibilização e comunicação com as empresas licitadas, encaminhamento para as vagas e acompanhamento da execução dos respectivos contratos. Na ausência do Escritório Social, as equipes multidisciplinares das Varas de Execução Penal serão responsáveis por estas atividades.

f.3) Havendo demissão, a contratada deverá proceder sua comunicação ao fiscal do contrato ou responsável indicado pela contratante em até 5 (cinco) dias;

f.4) Após a demissão ou outro fato que impeça o comparecimento da mão de obra, a contratada deverá, em até sessenta dias, providenciar o preenchimento da vaga em aberto para fins de cumprimento dos limites inicialmente previstos.;

f.5) A prorrogação do contrato fica condicionada à comprovação de manutenção da contratação do número de pessoas presas ou egressas do sistema prisional referentes aos percentuais constantes do art. 11 da Resolução nº 307/2019 do Conselho Nacional de Justiça.

f.6) Na hipótese de emprego de mão de obra de pessoa presa em regime fechado, a contratada deverá :

a) apresentar prévia autorização do Juízo da Execução;

b) comprovar aptidão, disciplina e responsabilidade da pessoa presa;

c) comprovar o cumprimento mínimo de um sexto da pena; e

d) observar o limite máximo de 10% (dez por cento) do número de presos na prestação do serviço.

f.6.1) A contratada deverá apresentar mensalmente ao juiz da execução, com cópia para o fiscal do contrato ou para o responsável indicado pela contratante, relação nominal dos empregados, ou outro documento que comprove o cumprimento dos limites previstos no art. 6º do Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Projeto Básico, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e

documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

13.2. Pelo descumprimento, poderão ser aplicadas as penalidades de advertência, multa, suspensão e Declaração de Inidoneidade, respeitada a defesa prévia e o contraditório.

13.3. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** (aviso por escrito, emitido nos casos de incorreções de menor gravidade), nos casos indicados neste contrato assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços ou solicitação registrada no livro Diário de Obras, procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados.
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual;
- c) quando a contratada deixar de preencher diariamente o livro de Diário de Obras conforme estabelece o Capítulo IX do Projeto Básico.

13.4. Será aplicada **MULTA** (sanção pecuniária que será imposta à Contratada, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total), da seguinte forma:

- a) de **1%** (um por cento) sobre o valor total do contrato, após a segunda ocorrência de penalidade, de mesma natureza;
- b) de **0,1%** (zero vírgula um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, pelo **atraso injustificado do início dos serviços**, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a multa diária passará a 0,2% e a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- c) de **0,1%** (zero vírgula um por cento) sobre o valor total das medições remanescentes, **por dia de atraso injustificado no cumprimento das etapas constantes do cronograma físico financeiro**, assim declarado pela Fiscalização, **nos termos do item 5.3 da Cláusula Quinta**, limitada a sua aplicação a 10 dias. Após o décimo dia multa diária passará a 0,2%. Após o décimo quinto a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- d) de **0,1%** sobre o valor total do contrato, por dia de **paralisação injustificada e não autorizada pela fiscalização da obra**, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a multa diária passará a 0,2% e a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão.
- e) de **0,5%** (zero vírgula cinco) por dia de atraso, sobre o valor da parte inadimplida, pelo **atraso injustificado na entrega final da obra**, até o limite de 30 dias corridos. Após o trigésimo dia a Administração motivadamente poderá, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- f) de **1%** (hum por cento), sobre o valor total do contrato, em caso de **extravio do Livro Diário de Obras, atraso na entrega do Habite-se e/ou da Certidão Negativa de Débito da obra ou nos casos de inexecuções parciais**, quando parte do serviço ou obrigação deixar de ser cumprida;
- g) de **0,1%** (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, no caso de **atraso na entrega da garantia contratual** até o máximo de 3%, que representa 30 dias.
- h) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso **não queira receber a Nota de Empenho, ou assinar o contrato;** ou ainda, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

- i) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **não encaminhamento de documento imprescindível** ao pagamento;
- j) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificadas nas outras alíneas deste item -**, no Projeto Básico ou de ordens da fiscalização.
- k) de **10%** (dez por cento) do valor total do contrato, por ocorrência, pelo **descumprimento das disposições referente à contratação de egressos do sistema penitenciário**, podendo a Administração motivadamente a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão, caso a contratada, reincida em mais de 4 (ocorrências);
- l) de **20%** (vinte por cento) do valor total do contrato, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o TRE/MS à **rescisão do contrato**, ou por **deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

13.4.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

13.4.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

13.4.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.4.2 e 13.4.3 abaixo;

13.4.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

13.4.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

13.4.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

13.4.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

13.5. Será aplicada **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo da multa:

13.5.1. Se a Contratada, por atrasos sucessivos e não justificados, levar o Tribunal a rescindir o Contrato.

13.5.2. Se a Contratada deixar de cumprir definitivamente obrigação prevista neste contrato ou Projeto Básico.

13.6. Será expedida **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, na forma da lei, para os casos de inexecução total ou

parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

13.6.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

13.7. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.7.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

13.7.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

13.8. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

13.8.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

13.9. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.7.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO

14.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

14.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a)** Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b)** **Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c)** **Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- c)** **Judicial**, nos termos da legislação vigente.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.5. A inexecução total ou parcial do presente Contrato acarretará à Contratada, sem prejuízo das penalidades legais e as previstas neste contrato, a rescisão contratual.

14.6. Constituem, ainda, motivos para a rescisão do contrato os enumerados no art. 78 da Lei n. 8.666/93, especialmente nos seguintes casos:

- I) Atraso injustificado no início da execução dos serviços pela contratada, por mais de quinze dias consecutivos do término do prazo para início da obra, a juízo da Administração;
- II) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- III) Cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, avaliados pela Administração.
- IV) A lentidão no cumprimento de Cláusulas Contratuais, levando o Contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- V) Caso se evidencie a incapacidade técnica ou a inidoneidade da Contratada;
- VI) Caso a Contratada, sem prévia autorização da Contratante, subcontratar o presente contrato no todo ou em parte e/ou descumprir as demais condições estabelecidas na Cláusula Nona;
- VII) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- VIII) Caso a contratada deixe de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrente, e/ou reincidir em falta cometida e punida anteriormente com multa, ou outra cominação;
- IX) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a Cessão ou Transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem autorização prévia da administração.

14.7. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos especificados no artigo 65, da Lei 8.666/93.

14.7.1. Erros ou omissões no orçamento relativos a pequenas variações quantitativas de até 2% do total da contratação, pelo fato de o objeto ter sido contratado por "preço certo e total", não ensejará o aditamento do contrato.

14.7.2. No caso de alterações contratuais, em virtude de falhas, erros ou omissões nos orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto, que importem em acréscimo de valores, estes deverão manter a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela administração e o valor global contratado e não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nem o limite previsto no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

14.7.3. Em caso de aditamento contratual que incorra em inclusão de serviços não previstos inicialmente na planilha orçamentária, os preços desses novos serviços serão reduzidos na mesma proporção do desconto ofertado pela contratada à época da licitação, ou seja, sofrerão redução proporcional à diferença percentual original entre os custos unitários dos insumos e serviços cotados e aqueles constantes na planilha orçamentária do contratante.

14.7.3.1. No caso de inclusão de serviços não previstos inicialmente, será utilizada a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento base da licitação, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado.

14.8. De acordo com Resolução do Conselho Nacional de Justiça é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DIREITOS QUANTO À RESCISÃO

15.1. A rescisão de que trata a cláusula anterior, assegurará à Contratada o direito de receber o preço dos serviços executados, até a data em que a mesma for efetivada, e demais direitos de que trata a Lei 8.666/93.

15.2. A rescisão deste contrato, quando a causa for imputável à contratada, acarretará, sem prejuízo da exigibilidade de débitos anteriores da contratada, as seguintes consequências:

- a) As disposições do artigo 80 da Lei 8.666/93;
- b) Multa indenizatória equivalente a 20% do valor contratado.
- c) Desocupação do local da construção, e retirada das ferramentas e de pessoal da Contratada, no prazo máximo de 10 dias contados da data da “Ordem de Serviço de Desocupação”, na hipótese da contratante não exercer a faculdade prevista no inciso II do artigo 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

17.1. É vedado a CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. A CONTRATADA, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – e a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a execução contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.3. A CONTRATADA será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

17.4. A CONTRATADA deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça ao CONTRATANTE tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas na LGPD.

17.5. A CONTRATADA obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual.

17.6. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

17.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

17.8. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados

pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

17.9. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.10. O CONTRATANTE E A CONTRATADA comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

17.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.12. CONTRATANTE E A CONTRATADA se comprometem ainda, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS FUNDAMENTOS

18.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

18.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como a legislação vigente, própria e/ou específica ao objeto deste contrato.

18.3. De acordo com Resolução do Conselho Nacional de Justiça é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

19.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

19.2.1. Em caso de alteração do endereço eletrônico, é obrigação da empresa comunicar ao TRE/MS a nova conta de e-mail válida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Na forma da Lei é competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande - MS para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam este contrato, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xxx de xxxxx de 2022.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA BARBOSA DE OLIVEIRA, Chefe de Seção em Substituição**, em 25/08/2022, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1274722** e o código CRC **A3A640B7**.

0002697-42.2022.6.12.8000

1274722v5